

no 188193. Terminado o Vidim do dia, e não havendo cradores para o uso do Sribano em Explicação Geral, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lancesse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Jurídica, aprovada, sera assinada para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signature]
Assinado.

Ata da Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 05 de agosto de 1993 mil novecentos e noventa e três.

Às dezessete horas do dia 05 de agosto do ano de 1993 mil novecentos e noventa e três, sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes, e com a participação da Primeira Secretária pelo Vereador Dirlei Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Guyr Silva da Rocha, Aires Bezerra de Siqueira, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Viegas dos Santos, Eduardo Corrêa Uta, Ivair Luiz de Araújo, José Oscar Elias, Joaquim Schwelb, Luiz Antônio de Nello (Chico), Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira e Silas Rodrigues Brito. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada Ata da Sessão de Instalação do Segundo Período Legislativo de Sessões Ordinárias. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente entregou ao Senhor Primeiro Secretário a letra do Expediente que consta do seguinte: Requerimento nº 180193 de autoria do Vereador Dirlei Pereira da Silva, assunto: Solicita ao Exmo Senhor Prefeito Municipal Informações relacionadas ao Fundo Municipal de Saúde. Requerimento nº 181193 de autoria do Vereador Dirlei Pereira da Silva, assunto:

Soluto ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal que informa ao Poder Legislativo as ações que levaram o Governo Municipal a excluir do CMU, entidades representativas dos segmentos organizados da Sociedade Cabotense; Resolução nº 122/93 de autoria do Vereador Eduardo Pereira Kitz, assunto: Soluto ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal para que junto a CERJ, providencie a extensão de rede elétrica na Rua Pinto no jardim Olinda; Indicação nº 190/93 de autoria do Vereador Milton Roberto Pereira de Souza assunto: Soluto ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio a Duplicação do Rodovia RJ 140, da Ponte da Ponta de Ambrosio ao Sítio de Contorno com a Seneca e Souza, com escola; Indicação nº 191/93 de autoria do Vereador Eduardo Pereira Kitz, assunto: Soluto ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal em conjunto com o Ministério do Trabalho para Descentralização da Emissão de Cartões de Trabalho e Previdência Social - CTPS. Sumariada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Vereadores inscritos em livro próprio. Como único orador inscrito, abriu o Tribuna o Vereador Alvaro Souza da Rocha Barreto falando da importância do PT quanto ao Governo Municipal, embora tendo apoiado por ele, ligação o Prefeito eleito foi Bonifácio, e ainda, que o seu Partido considerava melhor também, não participar diretamente da Administração apesar do cargo de primeira vice. falou a seguir, das prioridades mencionadas pelo PT, observando que embora em posição de crítica ao Governo, o Partido não seria "portas fechadas". Fez comentários sobre fatos que o haviam incomodado nos últimos dias, sublinhando o direito do Executivo, considerando tal expediente administrativo desnecessário e que só poderia ser usado excepcionalmente, falando a seguir, das medidas provisórias de Lei, e, Decretos, e que nada produziu de bom para a sociedade desmobilizada e organizada. Por conseguinte, disse que quando se tratava de Decreto instituindo a Comissão Municipal de Desenvolvimento Urbano, ou seja, reorganizada, houve surpresa, pois o Decreto não ouvia a sociedade, era um ato isolado do Executivo de quem detinha o poder. Disse que o Prefeito falaria uma Comissão de interesse particular, de interesse de quem estava governando sem querer ouvir os demais setores da sociedade que não tinham voz e vez. Concluiu a seguir, que o Prefeito centralizava todas as decisões e intervenções em nome do bem mas elegera um rei mas não um governante e

140

assim, o poder era da sociedade, e por tais razões o PT defendia a organização da sociedade, e lutava para que suas relações fossem alteradas para melhor, para elevar a qualidade de vida, para dar dignidade ao cidadão. Salvo a seguir, que quando da votação da reforma administrativa, fezera uma denúncia, sobretudo em audiência com o Prefeito dependendo seu ponto de vista que era a instituição de Conselhos junto a Administração, para ajudar a Governar, que o povo queria resolver os seus problemas, não queria que fossem resolvidos isoladamente pois na participação popular estava a essência da cidadania. Disse que o Prefeito estava sua denúncia e, posteriormente, com testemunhas, dissera ao Prefeito, textualmente: "Prefeito, não são todos os Conselhos que estão no seu Organico, é uma ineficiência, e todos esses setores não estão ainda qualificados, alguns estão, e, dev como exemplo o setor de Educação que elaborara propostas para a área". Nos seguintes, disse que o Governo estava fazendo contratação de Professores, embora o concurso do Estado com Profissionais não haviam sido chamados, que contratava pessoal de apoio, e assim, fazia política de igualdade aos Prefeitos anteriores. Disse que ainda naquela oportunidade, no Gabinete, falava também do EMBU, pois entendia que os problemas de desenvolvimento urbano eram tão grandes que a expectativa de todos era de que o atual Governo nos seus primeiros dias iria parar o setor de Construção Civil para reorganizar posteriormente, o que efetivamente não ocorreu, e, agora, institua a "vilha leonina", ou seja consultando os setores mais próximos, como a construção civil, arquitetos, engenheiros. Denunciou que o Prefeito tinha uma minuta de Projeto de Lei sobre a formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, e que havia sido discutido com alguns setores aos quais já se referira e, não dera a devida importância, "engavetara", mas que o PT tinha uma cópia. Nos seguintes, disse que diante de tal quadro com toda certeza em breve iria fazer parte daquilo que denunciavam que no primeiro Governo do Senhor José Bonifácio haviam sido favorecidos alguns empresários do Município, observando, que ainda não tinha tais confirmações, mas a simulação do EMBU não deixava margem a outra conclusão é que considerava lamentável. Salvo a seguir, sobre a festa do Carneiro, e que o imposto havia sido resolvido com um telefonema do primo do Prefeito ao seu Gabinete, e, que

por isso o Prefeito não elucida a prima, mas, que o Prefeito não foi eluto pela prima, foi eluto pelo povo. Adiante, disse que estava acompanhando também, a questão de uma banca de jornais de um companheiro trabalhador, que estava intimado pela Prefeitura para retirar a do local, e que agora, não era mais a prima, era a irmã do Prefeito, o que era bem mais pesado. Condenou que se fosse Alan Formosa ou fosse seu Saldanha, seria a mesma coisa, pois não dava para defender interesses próprios. Disse que compraram a petição como cidade, mas, o petição de falar pelo o trabalhador para retirar a Banca, pois não colocar pedras portu-quesas no caminho. Afirmando que para remover a banca tinha que machucar, alguma coisa tinha que acontecer, pois era impossível que alguém se julgasse dono de tais decisões. Disse que esta era a sua indignação, de quem não pretendia romper com Governo nenhum, apenas ser crítico, e, agora o Governo tinha comprado uma briga, transformando um pequeno problema em episódio dos mais constrangedores, com TV, com política e outros indignantes do escândalo, que envolveu uma simples banca de jornais, que por acaso se encontrava em frente ao comício da tal senhora que se aprejudicada e não o interesse público. Em aparte, disse o Vereador Paulo Roberto Waqueira dos Santos: "Nos ehorou profundamente com Vereadores, foi termos sido inquiridos no momento em que estava a im- parte, sobre se nós Vereadores não tinhamos nada mais para fazer na vida, do que estar ali defendendo o trabalhador. Proximando, disse o Vereador do PT que realmente o Vereador Beto Waqueira estava com razão, pois ali o que acabava de ser elutado para dita pela referida Senhora. Falando sobre sua participação na EPI Pequenas, afirmou que a concepção de desenvolvimento de Cabo Frio em sua opinião era um erro, e, que a EPI não mudava a concepção de tal modelo, simplesmente aumentava porque era mísero. Disse não ter a pretensão de que sua opinião era a que deveria prevalecer, e mais, que os problemas de Cabo Frio em grande parte vinham de tal ganância, do descontrole, da conivência do Poder Público com uma série de empresários que nunca haviam tido responsabilidades se eram com o Município, e assim, o PT era contra tal modelo de desenvol- vimento. Durante os Pmhs seguintes disse que a PT queria a diversificação

afirmando que embora aprovada pela CPI, tanto o Governo Municipal como a Câmara ainda não haviam se pronunciado, não melhoraram uma página do Projeto e falando das dúvidas existentes no Projeto Original, encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovadas as seguintes Requi-
 sitos: Requirimento nº 120/93, Requirimento nº 121/93, Requirimento nº 122/93. Apro-
 vadas as seguintes Indicações: Indicação nº 190/93, Indicação nº 191/93. Ter-
 minado a Ordem do Dia, não havendo oradores para o uso da tribuna
 em Sessão Pública, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em
 nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que de-
 pois de lida, submetida a apreciação Anterior, aprovada, seja assinada para
 que produza seus efeitos legais.

Ata
Antônio
Presidente

Ata da Segunda Sessão Ordinária
 do Segundo Período Legislativo da
 Câmara Municipal de Cabo Frio, reali-
 zada no dia 30 de Agosto do ano de
 1993

As dezesseis horas do dia 30 de Agosto do ano de
 (1993) mil novecentos e noventa e três, sob a Presidência do Vereador Flor-
 eos da Rocha Mendes e com a ocupação da Presidência Secretaria pelo Vere-
 ador Dante Lygia da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Munic-
 pal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada regimental os requi-
 sitos Vereadores: César Silva da Rocha, Adailton Pinto de Andrade, Aires Bezerra de
 Siqueira, Alfredo Luiz da Rocha Paranhos, Antônio Carlos de Carvalho, Antônio
 Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Marques dos Santos, Eduardo Cerio